

O que mudou na regulamentação para médicos e farmacêuticos?



MEDIDA PROVISÓRIA No 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 951, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a emissão não presencial de certificados digitais.





OFÍCIO Nº 7/2020/SEI/GPCON/GGMON/DIRES/ANVISA, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Informa a possibilidade de **assinatura digital** em *receituário de medicamentos* sujeitos a controle especial.



PORTARIA N° 467, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de **Telemedicina**, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3o da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de **COVID-19**.



LEI N° 13.989,DE 15 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o uso da **telemedicina** durante a crise causada pelo **Coronavírus** (SARS-CoV-2).





RESOLUÇÃO - RDC N° 351, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a atualização do **Anexo I** (*Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial*) da Portaria SVS/MS n° 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.

Obs: inclusão de cloroquina e hidroxicloroquina na lista C1.



RESOLUÇÃO - RDC Nº 357, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Ofício Ministério da Saúde nº 498, 26 de março de 2020 - Validade de prescrições, laudos e atestados.



PORTARIA N° 344,

DE 12 DE MAIO DE 1998(*)

Aprova o **Regulamento Técnico** sobre *substâncias* e *medicamentos sujeitos a controle especial.*





NOTA TÉCNICA Nº 134/2020-CPFP/CGAFB/DAF/SCTIE/MS

Altera algumas regras do programa "Aqui Tem Farmácia Popular" em caráter excepcional e temporário, considerando a adoção de medidas de proteção para o enfrentamento da **COVID-19**.



LEI Nº 13.732,DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Define a validade das receitas médicas em todo território nacional, independente da unidade federada em que tenha sido emitida.



Links relevantes:

CFF:

Prescrição eletrônica de medicamentos sujeitos a controle especial

Anvisa:

Medicamentos controlados: receitas com assinatura digital





Links relevantes:

Validador de documentos digitais:

https://assinaturadigital.iti.gov.br/

Princípios ativos que permitem receitas digitais:

Planilha Prescrição digital - receituários

Acesse o Blog da Memed